

JORNAL DO PROCURADOR



PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | ABR/MAI 2011 | EDIÇÃO 52



Carreira de apoio: anteprojeto de lei elaborado pela Apesp é apresentado
página 3

Apesp homenageia o associado Michel Temer, vice-presidente da República
página 4

Deputado Antônio Mentor participa do "Café da Manhã com Parlamentares"
página 10

Viver é lutar

A frase título deste editorial, contida no poema épico de Gonçalves Dias intitulado “Canção do Tamoio”, sempre me fascinou. Lá, o poeta romântico encoraja os leitores ao enfrentamento da vida, expõe a relação de necessidade entre a vida e a luta pela sobrevivência e sentença o destino dos que lutam e o dos que não lutam. Certamente o receio do destino reservado pelo poeta aos que não lutam nos tem movido a estar “na luta, sempre”. E muitas são as lutas nestes nossos dias.

Indiscutivelmente, no âmbito da PGE de São Paulo, a melhoria das condições de trabalho dos procuradores do Estado é um dos motivos de nossa luta. A PGE é o escritório de advocacia exclusivo do Estado. Todo o patrimônio público de São Paulo é defendido judicial e extrajudicialmente pela PGE. O exercício do controle da legalidade interna da Administração depende da atuação da PGE. Toda orientação jurídica da Administração depende formalmente da PGE. E tudo isso está na Constituição.

Evidentemente que realizar tarefas de tamanha responsabilidade e envergadura exige condições de trabalho à altura, o que, infelizmente, não é a realidade em São Paulo.

A falta de funcionários administrativos, a inexistência de servidores de carreira de apoio, a

insuficiência de estagiários, aliadas à precariedade e inadequação de instalações físicas em diversas localidades, são o cotidiano de nossa instituição. É verdade que a despeito de todas as adversidades, os procuradores de São Paulo prestam uma competente advocacia, mas também é verdade que as dificuldades estruturais são graves, têm impacto no trabalho e exigem a atenção de nossos governantes.

O último concurso para servidores da PGE, por exemplo, ocorreu em 1986, antes mesmo da promulgação das Constituições Federal e Estadual de 1988 e 1989, que deram novo status e novas atribuições à Procuradoria. Nesse quarto de século, o Estado mudou, o país mudou, o direito mudou e a PGE precisa estar aparelhada para acompanhar essas mudanças. Nesta edição, a diretoria da Apesp apresenta proposta de projeto de lei complementar para carreiras de apoio na PGE. Destaca, ainda, a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública, espaço qualificado de discussão do tema com os parlamentares na Alesp. Na luta por melhores condições de trabalho, portanto, conquistamos nova arma e novos aliados. Oxalá nos ajudem a vencer a batalha final. Por ora, a luta continua!

Márcia Semer é presidente da Apesp

Reinventando a diretoria financeira

Balancos e balancetes. Previsão orçamentária. Fluxo de caixa. Ativo e passivo circulante. Ativo permanente. Gráficos. Despesa incorrida. Receita ganha. Todos esses são termos a que tive que me acostumar durante esses últimos doze meses, na função de diretora financeira da nossa Associação. Mais do que me familiarizar: dominar seus conteúdos de modo a promover uma gestão pautada por austeridade e racionalização dos gastos, sem contudo comprometer uma administração pujante – recheada de projetos a realizar.

A consciência de minha diminuta paixão pela matéria (que me persegue desde a época do colégio), aliada à função de bem gerenciar o dinheiro de cerca de mil e quinhentos associados, me impeliu a tomar uma atitude inédita no âmbito da APESP: contratar, já no início da gestão, uma empresa de auditoria, que passou a apontar os acertos e os erros cometidos. Já de início ficou clara a necessidade de mudança, modernização e implementação de sistemas de controle dos gastos e receitas da entidade. Passamos a entregar os relatórios da auditoria aos conselheiros fiscais, que agora podem fazer a fiscalização das contas, já respaldados em uma análise técnica prévia. A verdadeira transparência, não só dos balanços publicados na área restrita do sítio da Apesp, mas da real situação financeira/contábil da entidade.

Uma das medidas desde logo apontada foi a necessidade de aumento da mensalidade paga por todos. Congelada há 27 meses, era chegado o tempo de reajustar. A notícia que ninguém queria dar, muito menos receber. Mas olhos fixos nas muitas e diversi-

ficadas atividades promovidas por esta gestão, tanto no âmbito cultural/social como na área política, a carreira recebeu o reajuste com tranquilidade.

As diversas áreas que careciam um aprimoramento foram “atacadas”: o Espaço Apesp conta com nova gerência; a busca por patrocínio tornou-se uma constante (neste primeiro ano conseguimos 100% a mais de patrocínio e o programa da advocacia pública na TV Justiça será efetivado pelo mesmo meio); a deliberação de contratação de empresa que instale um sistema financeiro na contabilidade, inexistente até os dias de hoje; a contratação de nova empresa de contabilidade, que esteja em sintonia com esses rumos, sem contar a já mencionada empresa de auditoria, foram as maneiras escolhidas por esta diretoria para perseguir os objetivos delineados.

Uma entidade de classe não é como um banco que tem que fazer crescer cada vez mais os seus recursos, de modo a multiplicá-los, em razão da sua atividade financeira primordial. Mas tampouco se pode esquecer que os recursos são finitos, e que, para tanto, deve-se ter competência para administrá-los. No mínimo, estar bem assessorado para fazê-lo.

Gosto muito de uma das célebres frases ditas por Henry Ford: “Economia frequentemente não tem relação com o total de dinheiro gasto, mas com a sabedoria empregada ao gastá-lo.”

Gastar o dinheiro com sabedoria. Esse o nosso maior objetivo.

Cristina Cirenza é diretora financeira da Apesp



ASSOCIAÇÃO DOS
PROCURADORES
DO ESTADO DE
SÃO PAULO

APESP

DIRETORIA GESTÃO 2010/2012

PRESIDENTE

Márcia M. Barreta Fernandes Semer

VICE-PRESIDENTE

Zelmo Denari

SECRETÁRIA-GERAL

Shirley Sanchez Tomé

DIRETORA FINANCEIRA

Cristina de Freitas Cirenza

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIO

Ana Maria Bueno Piraino

DIRETOR DE PATRIMÔNIO

José Carlos Cabral Granado

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues

DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Thiago Luís Sombra

CONSELHO ASSESSOR

José Damião de Lima Trindade

José do Carmo Mendes Junior

Maria Christina Tibiriçá Bahbouth

Maria Clara Gozzoli

Mary Chekmenian

Sebastião Vilela Staut Jr

CONSELHO FISCAL

Caio Augusto Limongi Gasparini

Caio César Guzzardi Silva

Norberto Oya

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

Tsonis Comunicação e Consultoria Ltda

FOTOS

Acervo Apesp, Ricardo Lucas e

Cristiano Tsonis

CAPA

Osiris Santos Jr.

REVISÃO

Francisca Evrard

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

www.fontedesign.com.br

TIRAGEM

2.700 exemplares

Acesse a versão *on-line* do

JORNAL DO PROCURADOR

no site <www.apesp.org.br>

Publicação periódica distribuída

gratuitamente pela APESP.

Carreira de apoio: anteprojeto de lei elaborado pela Apesp é apresentado

A Apesp apresentou na sessão do conselho realizada na PR de Santos, no dia 06/05, a minuta de um anteprojeto de lei para a criação, no quadro da Procuradoria Geral do Estado, de carreiras de técnico especializado e de agente administrativo. O texto foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por Shirley Tomé, secretária-geral da Apesp, José Fabiano de Almeida Alves Filho, Manuel Francisco Pinho, Regina Celi Pedrotti Vespero Fernandes (que são representantes da Associação nas Unidades da PGE) e Tânia Henriqueta Lotto (que é representante da Apesp junto aos aposentados). A íntegra da minuta está disponível no site www.apesp.org.br e encartada nesta edição do Jornal do Procurador. Após análise e compilação das sugestões enviadas

pela carreira, a Apesp formalizará a entrega do anteprojeto ao PGE e às demais autoridades no início de junho, tendo em vista a proximidade do encaminhamento do projeto de lei do PPA (Plano Plurianual) à ALESP, que deve ocorrer no início de agosto deste ano.

Em prosseguimento à mobilização para pleitear ao governo e para convencer os legisladores paulistas sobre a urgência da criação de uma carreira de apoio nos quadros da PGE SP, a Apesp visitou nas últimas semanas os deputados Fernando Capez (PSDB), Antônio Mentor (PT) (leia reportagem na p. 8), Samuel Moreira, líder do governo na Alesp, Orlando Morando, líder do PSDB, e Ênio Tatto, líder da bancada petista. No âmbito da administração, os diretores

da Associação fizeram gestões na Secretaria da Casa Civil, em reunião no Gabinete da PGE e em manifestações constantes nas sessões do Conselho da PGE. O objetivo é alardear para a classe política o verdadeiro colapso presente nas Unidades da PGE, no que se refere ao quadro de servidores. Como é notório, a Procuradoria não realiza um único concurso de ingresso para servidores administrativos em seus quadros há 25 anos. Ademais, em muitas Unidades existem servidores na iminência de se aposentar. Segundo Márcia Semer, presidente da Apesp, a inexistência de uma carreira de apoio e falta de servidores administrativos na PGE configura “uma verdadeira questão de Estado, transcendendo os interesses dos procuradores do Estado”.

Apesp visita PR de Ribeirão Preto: condição precária da Seccional de Franca é o destaque negativo

A Apesp realizou uma visita à sede da PR de Ribeirão Preto e à Seccional de Franca. Os encontros reforçaram os pleitos já colhidos em outras Unidades da PGE: falta de servidores administrativos, dificuldade de recrutar estagiários, devido ao baixo valor da bolsa, necessidade da criação de uma carreira de apoio, etc. Em Ribeirão Preto, os colegas da Regional entregaram representação dirigida à presidente da Apesp, propondo alteração nas orientações sobre a condução da questão da reposição de vencimentos pagos indevidamente a servidores falecidos. Márcia Semer encaminhou o material ao subprocurador do Contencioso Geral Fernando Franco.

FRANCA

O destaque negativo ficou por conta das precárias condições da Seccional de Franca. Segundo a presidente Márcia Semer, a situação dos colegas ali classificados “é de indignância. O prédio que abriga a Seccional – cedido informalmente pela Prefeitura – é indigno e depõe contra uma instituição como a PGE”. Alguns dos problemas detectados foram: o forro do teto está em péssimas condições, abrigando inclusive animais (pombos, gatos etc.); o PABX não funciona; o mobiliário não apresenta condições de uso; por falta de espaço, o atendimento da população ocorre na parte de fora do prédio (em um guichê); devido à conservação da fachada, parece que o prédio está abandonado. Ademais, a Seccional conta apenas com uma funcionária. No ano passado, um dos colegas precisou investir recursos próprios para



Acima, encontro em Ribeirão Preto; ao lado, visita aos colegas de Franca.

adequar condignamente a sua sala de trabalho. Outro exemplo mencionado por Semer é que, por falta de segurança, um procurador foi ameaçado de morte por um contribuinte. O procurador-chefe da PR6, Paulo Neme, compareceu à sessão do Conselho da PGE (realizada em 12/05) para

esclarecer que não existe omissão por parte da chefia e que está se buscando a solução mais adequada para a questão. Devido ao grave panorama, a Apesp reivindica providências urgentes para a melhoria das condições de trabalho dos colegas de Franca. Veja as fotos:



Da esquerda para a direita: 1) má conservação da fachada: aparência de abandono; 2) calçamento na frente do prédio destruído; 3) mobiliário não apresenta condições de uso; 4) falta de espaço

Apesp homenageia o associado Michel

“Se no Legislativo eu sempre tive as portas escancaradas para os procuradores, quero dizer que no Executivo não terei portas para os interesses das Procuradorias do Estado de todo o Brasil”. Foi com tal assertiva que o vice-presidente da República Michel Temer reafirmou a parceria que pretende manter com os procuradores no período em que estiver ocupando proeminente cargo na República brasileira. A declaração integrou o discurso proferido por Temer em jantar promovido pela Apesp no Buffet França, no último mês de março. Procurador aposentado do Estado de São Paulo, Michel Miguel Elias Temer Lulia – que integra o quadro associativo da Apesp – exerceu o cargo de procurador-geral em duas ocasiões: de março de 1983 a janeiro de 1984 e de abril de 1991 a outubro de 1992.

“Diferentemente de ser homenageado, na verdade eu é que deveria homenagear os procuradores de São Paulo. Foi por força da atuação na Procuradoria que eu fiquei incentivado a trilhar o meu caminho na vida pública (...). Quando aqui cheguei, estavam presentes o governador Geraldo Alckmin e o vice-governador Guilherme Afif Domingos. Assim como está presente também a vice-prefeita Alda Marco Antônio, representando o prefeito Gilberto Kassab. Na verdade, essa é uma homenagem à Procuradoria Geral do Estado. É o reconhecimento dessas eminentes autoridades a um trabalho desenvolvido pelos procuradores paulistas e também de todo o Brasil”, afirmou. Michel Temer lembrou a elaboração da Constituição Cidadã de 1988, quando as PGEs foram contempladas no texto constitucional: “Levei aos constituintes da época a ideia de inserir no texto constitucional o advogado e também os procuradores do Estado. Não se tratava de uma questão corporativa. O advogado é o responsável pelo direito da defesa – um dos alicerces da democracia do país. O procurador do Estado não defende apenas o Estado, mas sim fundamentos do Estado que sustentam a administração democrática de um país. Na verdade, fui apenas o veículo das ideias centrais que os procuradores do Estado, especialmente de São Paulo, levavam ao meu gabinete durante o processo constituinte”.

Em seu discurso, a presidente da Apesp Márcia Semer enalteceu a trajetória de Michel Temer na Procuradoria e também na vida pública: “O *currículo* de vossa excelência nos autoriza a dizer que esta é uma festa da advocacia, em particular da advocacia pública, e também uma festa da democracia. É um tributo ao seu passado e a melhor expressão do voto de confiança de seus colegas procuradores do Estado em seu futuro. O momento é de júbilo para a advocacia. E o é porque vossa excelência é certamente o primeiro



Da esq. para a dir.: Elival da Silva Ramos; Márcia Semer; Marcela Temer; Michel Temer e Geraldo Alckmin.

advogado público, o primeiro procurador do Estado a ocupar tão alto cargo no cenário político e institucional brasileiro. O momento, ainda, é de júbilo para a advocacia, porque na advocacia formamos cidadãos dispostos a lutar pelo direito do outro, a garantir a dignidade alheia. O momento é, em especial, de júbilo para a advocacia pública, porque na advocacia pública formamos cidadãos que combatem em prol do direito de todos, garantindo a observância da legalidade na Administração e promovendo a defesa do patrimônio e do interesse públicos” (leia a íntegra na página ao lado).

O presidente da Anape Juliano Dossena consignou “o devido reconhecimento de toda a nossa classe à incansável solidariedade que sua excelência sempre dispensou a todos nós, sempre zelando pelo bom nome do procurador

de Estado, sempre nos recebendo de braços abertos, lutando arduamente ao nosso lado para o fortalecimento e engrandecimento da nossa carreira e, sobretudo, emprestando indelével contribuição em defesa das nossas prerrogativas”. Para o procurador geral Elival da Silva Ramos, a importância do vice-presidente Michel Temer para a advocacia pública configura-se por dois pontos principais: “A atuação pela constitucionalização da advocacia do Estado e a elevação da PGE ao nível das outras secretarias de Estado, vinculada diretamente ao governador do Estado, que foi certamente uma afirmação da advocacia pública de todo o Brasil”.

Ao término da solenidade, o vice-presidente da República foi presenteado com a escultura “Fly”, da artista plástica Cris Koelle, e sua esposa, Marcela Temer, com um *bouquet* de flores.

AUTORIDADES PRESENTES

- Geraldo Alckmin – governador do Estado de São Paulo;
- Guilherme Afif Domingos – vice-governador do Estado de São Paulo;
- Alda Marco Antônio – vice-prefeita da cidade de São Paulo;
- Elival da Silva Ramos – procurador geral do Estado de São Paulo;
- José do Carmo Mendes Junior – secretário adjunto da Casa Civil do Estado de São Paulo, representando o secretário da Casa Civil Sidney Beraldo;
- Ronald Bicca – procurador geral do Estado de Goiás;
- Ivan Lelis Bonilha – procurador geral do Estado do Paraná;
- Fernando Grella Vieira – procurador geral de justiça do Estado de São Paulo;
- Desembargador Carlos Viço Manas, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado José Roberto Bedran;
- Celso Augusto Coccaro – procurador geral do Município de São Paulo;
- Dirceu de Mello – reitor da PUC SP;
- Juliano Dossena – presidente da Anape, representando todos os presidentes diretores e das associações estaduais de procuradores presentes à solenidade;
- Desembargador Henrique Nelson Calandra – presidente da AMB;
- Gabriel Chalita – deputado federal;
- Jojji Hatto – deputado estadual;
- Fernando Capez – deputado estadual.

Temer, vice-presidente da República

LEIA A ÍNTEGRA DO DISCURSO DA PRESIDENTE MÁRCIA SEMER

(...) Estamos aqui reunidos para uma festa. Não para uma festa qualquer, mas para uma festa especial, uma festa que os procuradores do Estado de São Paulo promovem para homenagear um procurador do Estado de São Paulo que é hoje vice-presidente da República de nosso país.

Procurador do Estado de carreira, integrante concursado e atuante dos quadros da Procuradoria Geral do Estado, constitucionalista de escol, jurista, professor, o Dr. Michel Miguel Elias Temer Lulia é personagem indissociável da história institucional da PGE e da história da democracia em São Paulo e no Brasil.

Em sua trajetória pública ocupou diversos postos de singular destaque e responsabilidade, a começar pelo de procurador geral do Estado de São Paulo (cargo que ostentou por duas vezes), prosseguindo na vida nacional como secretário da Segurança Pública de São Paulo, deputado constituinte, presidente da Câmara dos Deputados, presidente nacional do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e, agora, vice-presidente da República.

Sr. vice-presidente, o curriculum de Vossa Excelência nos autoriza a dizer que esta é uma festa da advocacia, em particular da advocacia pública, e também uma festa da democracia. É um tributo ao seu passado e a melhor expressão do voto de confiança de seus colegas procuradores do Estado em seu futuro.

O momento é de júbilo para a advocacia. E o é porque vossa excelência é certamente o primeiro advogado público, o primeiro procurador do Estado a ocupar tão alto cargo no cenário político e institucional brasileiro.

O momento, ainda, é de júbilo para a advocacia, porque na advocacia formamos cidadãos dispostos a lutar pelo direito do outro, a garantir a dignidade alheia.

O momento é, em especial, de júbilo para a advocacia pública, porque na advocacia pública formamos cidadãos que combatem em prol do direito de todos, garantindo a observância da legalidade na Administração e promovendo a defesa do patrimônio e do interesse públicos.

Filho que vossa excelência é dessa fantástica escola de cidadania que é a advocacia, sua condução ao cargo de vice-presidente da República nos anima na crença de que estamos em boas mãos, nas mãos de alguém forjado pela vida a enxergar os dramas do próximo e a advogar a causa da construção diuturna de um país melhor, de um país mais justo, mais solidário, mais plural e ao mesmo tempo mais igual. Um país de incluídos sem excluídos. Um país de garantias e oportunidades.

A festa é ainda da democracia porque esta homenagem dirige-se a um vice-presidente que, ademais de legitimamente eleito no governo que abriga a primeira presidenta da República de nossa história (e posso lhe assegurar o que esse é em fato muito significativo para nós mulheres. Hoje quando olho para minha filha, dizer-lhe que ela pode ser o que quiser na vida, até presidenta da República não é mais só um discurso ou palavra de ordem, mas a pura expressão da realidade, e isso, é maravilhoso).

Mas como dizia, é uma festa da democracia porque ademais da homenagem dirigir-se a um vice-presidente da República legitimamente eleito, dirige-se a personalidade que sem sombra de dúvida constitui parte integrante de todo o processo de redemocratização do Brasil, bem como do aprimoramento da democracia na vida nacional.

Lendo outro dia seu depoimento constante do livro sobre a história da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, escrito pelo amigo e saudoso Cassio Schubsky, pude tomar conhecimento de que foi o governador Franco Montoro, também procurador do Estado de São Paulo, cuja equipe

de governo vossa excelência integrou, quem o incentivou a entrar na vida política e se candidatar a deputado constituinte.

Não pude deixar de relacionar aquele grande nome da redemocratização do país com a festa que lhe decidamos hoje, Dr. Michel. Não pude dissociar o gesto de emblemática coragem do governador Franco Montoro de liberar as catracas do metrô para o inesquecível comício pró-eleições diretas do dia 25 de janeiro de 1984, dessa última eleição que 26 anos depois conduziram vossa excelência à vice-presidência da República. E não pude deixar de me emocionar com a lembrança daquele dia em que era estudante de direito do Largo São Francisco e que cruzei as catracas liberadas do metrô da Sé para encontrar os colegas no Centro Acadêmico XI de Agosto.

Pensei, então, que de algum modo o governador Montoro é um dos procuradores presentes a essa comemoração, um daqueles que abriu as catracas da vida democrática para todos nós e aquele que abriu para vossa excelência a catraca da vida política.

Esta celebração, Dr. Michel, é o tributo que seus colegas procuradores do Estado de São Paulo fazem questão de lhe prestar, a expressão pública de reconhecimento por sua atuação decisiva para o engrandecimento da advocacia pública e em especial da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

É certo que muito temos a trilhar, mas a advocacia pública confia que nesta quadra avançaremos, alcançando as condições de adequada estrutura e indispensável aperfeiçoamento institucional que nosso status constitucional de carreira essencial à administração da Justiça exige, sendo que convidamos vossa excelência para que, mais uma vez, siga conosco nessa caminhada.

Porque, como diz Guimarães Rosa, “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

Por fim, a oportunidade é de parabenizá-lo pela eleição conquistada, de lhe desejar sucesso nesse desafio de mais uma vez trabalhar na defesa do direito de todos e de lhe dizer que, de nossa parte, estamos em nossos postos, no exercício da advocacia pública, prontos e motivados para lutar o bom combate e dele extrair o melhor”.



Procuradores lotam o Buffet França para prestigiar o jantar em homenagem ao vice-presidente.

FIQUE ATENTO:

acesse no site www.apesp.org.br, seção "Notícias", o álbum completo de fotos e o vídeo do jantar em homenagem ao vice-presidente.

Assembleia Legislativa de SP lança Frente P

A Assembleia Legislativa de São Paulo lançou no dia 14/04 a Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública, que tem o apoio de advogados públicos federais, estaduais e municipais (leia abaixo a lista de entidades de classe). A iniciativa, que é do deputado Fernando Capez (PSDB), surgiu após proposta formulada pela Apesp. “A Frente procurará caminhos para melhor estruturar o trabalho das Advocacias Públicas, principalmente a do Estado de São Paulo e da capital paulista. Dessa forma, buscaremos articulações para dar autonomia orçamentária e aumentar as garantias de todos aqueles que exercem a advocacia pública, tendo em vista que a sua prioridade é a defesa do patrimônio público e dos interesses do Estado”, definiu o deputado. A data marcou também o “Dia da Advocacia Pública”, criada no Estado de São Paulo pela Lei n. 14.025/2010, também de autoria de Capez.

Em seu discurso, a presidente da Apesp Márcia Semer destacou a importância da interlocução entre a advocacia pública e o Poder Legislativo, registrando os principais pleitos dos procuradores de São Paulo, tais como a criação de uma carreira de apoio, realização de concurso para servidores etc. “o sentido da criação da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública expõe, de um lado, o reconhecimento dos nobres deputados para a importância institucional que a advocacia pública assumiu e vem assumindo no Estado brasileiro,

E de outro, a importância que a advocacia pública atribui ao nosso parlamento, reconhecendo-o como interlocutor fundamental, pluralista e democrático das demandas da sociedade (...) Srs. deputados. Prestamos uma excelente advocacia. Mas queremos e podemos prestar a melhor e a mais competente advocacia para o Estado de São Paulo. Não queremos culpar ou imputar a quem quer que seja a responsabilidade pela precarização das condições de trabalho na PGE/SP. Até porque a realidade econômica do Estado passou, sabidamente, por momentos

difíceis no passado. queremos andar para a frente. É isso que a realidade e o dinamismo do país nos impõem. queremos lutar e garantir a reversão desse quadro, em que a PGE/SP não realiza concurso para servidores em seus quadros há 25 anos, nosso escritório em Brasília não conta com nenhum estagiário (situação que, aliás, vem se espalhando pelas demais unidades do Estado, em face do baixo valor da bolsa paga aos estudantes, comparativamente ao desembolsado pelas demais carreiras jurídicas do Estado), é absolutamente insuficiente ou inexistente o quadro de engenheiros para dar suporte nas inúmeras ações imobiliárias de interesse do Estado, não há peritos contábeis para auxílio dos procuradores com os cálculos nos milhares ou milhões de processos judiciais em que o Estado é parte – seja como autor ou réu – em curso no Judiciário paulista, em que as consultorias jurídicas não estão, até hoje,

interligadas por sistema único de informática, dificultando sobremaneira a integração da área” (a íntegra do discurso pode ser acessada no site www.apesp.org.br, na seção “Notícias”).

Para José Renato Ferreira Pires, procurador geral adjunto de São Paulo, o lançamento da Frente “nos enche de orgulho e traz visibilidade para uma advocacia pública organizada e fortalecida em suas reivindicações. O deputado Capez não merece apenas nosso aplauso momentâneo, mas também o nosso agradecimento eterno”. Jorge Eluf, presidente da Comissão do

.....
“Acho que é muito importante esta iniciativa de congregar colegas de vários segmentos da advocacia pública numa frente que dará mais força às nossas reivindicações. Parabéns à Apesp.”
 Nivaldo Mimessi, procurador aposentado.



OFÍCIO DE CRIAÇÃO DA FRENTE (PUBLICADO NO DOE, DE 12/04/2011, CADERNO LEGISLATIVO)

“São Paulo, 31 de março de 2011

Ofício DFC n. 027/2011

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência com a finalidade de comunicar-lhe a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública visando instituir nesta Casa um fórum permanente de discussão sobre a ADVOCACIA PÚBLICA, capaz de gestar e propor medidas que fortaleçam esse relevante setor do Estado, ao qual a Constituição da República atribui o *status* de função essencial à Justiça (CF/88, arts. 131 e 132).”

.....
“Estou muito satisfeito de estar presente ao lançamento dessa Frente Ampla em Defesa da Advocacia Pública. Todos nós sabemos que sem muita luta e trabalho na Assembleia Legislativa não conseguiremos atingir os nossos objetivos. Essa Frente servirá para colocar a advocacia pública no seu verdadeiro lugar constitucionalmente previsto.”

Ruben Fucs, presidente do Sindiproesp.

Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública

Advogado Público da OAB SP – que representou o presidente Flávio D’Urso – externou a honra de, na qualidade procurador do Estado e presidente da Comissão, “representar todas as carreiras da advocacia pública paulista. A iniciativa do deputado Capez é louvável e demonstra a importância que tem a advocacia pública para a orientação dos atos do administrador, para a preservação da legalidade e para a defesa do Estado em juízo. É um reconhecimento da importância do advogado público em todas as esferas de poder – federal, estadual e municipal. Eluf destacou ainda que nunca a advocacia pública viveu um momento tão favorável, com procuradores de carreira ocupando eminentes cargos no Estado brasileiro: Michel Temer, vice-presidente da República; José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça; Ophir Cavalcante, presidente da OAB Federal; e Luis Adams, Advogado Geral da União

O diretor financeiro da Anape Marcelo de Sá Mendes parabenizou o deputado Capez pela iniciativa, classificando a Frente como “um foro de suma importância para se discutir as questões da advocacia pública”. Segundo Norma Romão Gomes, representante da Apaesp, a união das carreiras da advocacia pública as torna muito mais fortes: “Somos todos advogados públicos e defendemos o interesse público em todas as esferas”. O presidente da Unafe Luiz Carlos Palácios afirmou que a advocacia pública vivencia um momento crucial: “O 3º Pacto Republicano está prestes a ser celebrado e não se tem notícia de uma efetiva participação da advocacia pública. A iniciativa da criação da Frente, que a Unafe já articulou no Congresso Nacional, deve ser replicada em todos os Estados e, quiçá, nas câmaras municipais do país”. Compuseram ainda a mesa solene o representante da ANPAF, Paulo de Tarso Freitas, e Marco Antonio Beneton, secretário geral parlamentar e procurador da Alesp.

Demais autoridades presentes: Ruben Fucs, presidente do Sindiproesp; José Damião de Lima Trindade, ex-presidente da Apesp; Clério Rodrigues Costa, ex-presidente da Apesp, representando o IBAP; Marcus Vinicius Armani Alves, conselheiro da PGE e membro da Comissão do Advogado Público da OAB SP; Anna Carla Agazzi, vice-presidente da Comissão do Advogado Público da OAB SP; Alexandre Piraí, representando o deputado Welson Gasparini; Gabriel Marciliano Junior, presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo da OAB SP; Armando Luiz da Silva, diretor de assuntos institucionais do Sindicato Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social.

ENTIDADES APOIADORAS:

Associação dos Procuradores de São Paulo (Apeps) | Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo | Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo (Sindiproesp) | Associação Nacional dos Procuradores do Estado (Anape) | União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (UNAFE) | Associação dos Procuradores Autárquicos (APAESP) | Associação Nacional dos Procuradores de Assembleia Legislativa (ANPAL) | Associação dos Assessores Técnicos Legislativos e Procuradores (AATLP) | Associação dos Procuradores do Município de São Paulo (APMSP) | Associação Brasileira dos Advogados Públicos (Abrap) | Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP) | Fórum da Advocacia Pública Federal | Procuradores da Câmara Municipal de São Paulo

DEPUTADOS QUE ADERIRAM A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ADVOCACIA PÚBLICA. VAMOS MANDAR MENSAGENS DE AGRADECIMENTO!

Iniciativa: Fernando Capez
fcapez@al.sp.gov.br

Afonso Lobato (padreafonso@al.sp.gov.br); Alencar Santana (alencarsantana@al.sp.gov.br); Alex Manente (alexmanente@al.sp.gov.br); André Soares (asoares@al.sp.gov.br); Antônio Mentor (amentor@al.sp.gov.br); Antônio Salim Curiati (scuriati@al.sp.gov.br); Ary Fossen (afossen@al.sp.gov.br); Carlos Giannazi (carlosgiannazi@uol.com.br); Célia Leão (cleao@al.sp.gov.br); Dilmo dos Santos (dilmodossantos@al.sp.gov.br); Donisete Braga (dpbraga@al.sp.gov.br); Edson Ferrarini (eferrarini@al.sp.gov.br); Ed Thomas (edthomas@al.sp.gov.br); Ênio Tatto (eniotatto@al.sp.gov.br); Itamar Borges (itamarborges@al.sp.gov.br); João Antônio (joaoantoniosilvafilho@al.sp.gov.br); José Bittencourt (jbittencourt@al.sp.gov.br); Mauro Bragato (mbragato@al.sp.gov.br); Olímpio Gomes (molimpio@al.sp.gov.br); Pedro Tobias (ptobias@al.sp.gov.br); Rodrigo Moraes (deputadorodrigomoraes@al.sp.gov.br); Roque Barbieri (rbarbieri@al.sp.gov.br); Ulysses Tassinari (ulyssesstassinari@al.sp.gov.br); Vinicius Camarinha (vcamarinha@al.sp.gov.br); Welson Gasparini (wgasparini@al.sp.gov.br).

“A criação da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública é importantíssima para a Procuradoria Geral do Estado, instituição que atua na defesa do interesse público e que necessita deste canal de diálogo com o poder político. É uma oportunidade salutar para falar aos legisladores, não somente de nossas questões remuneratórias e de nossos problemas estruturais, mas também da importância de nosso trabalho e dos resultados que a Procuradoria tem, brilhantemente, obtido”

Deise Rebello, procuradora classificada na Consultoria Jurídica do IAMSPE

.....

“O evento é muito importante para os procuradores, pois é na Alesp que passam todos os nossos pleitos. As propostas para uma estruturação de nossa carreira e para melhorias em nossa instituição só ocorrerão mediante aprovação de leis. Dessa forma, essa é uma Casa que não pode ser descuidada pela Procuradoria. Todos nós deveríamos estar aqui hoje empenhados para o fortalecimento dessa Frente”

Regina Celi Pedrotti Vespero Fernandes, procuradora classificada na Procuradoria Fiscal.



REPERCUSSÃO NA MÍDIA

“Dia da advocacia pública é comemorado com lançamento de frente parlamentar”, *DOE*, Caderno Legislativo, de 16/04/2011.

“Defesa da classe: Frente Parlamentar da Advocacia Pública será lançada em 14 de abril na Alesp”, *Conjur*, de 02/04/2011

“Apesp lança Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública do Estado de São Paulo”, site da Unafe, de 06/04/2011

“Lançamento de Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública”, site da Alesp, de 12/04/2011

“Defesa da Advocacia Pública”, *Conjur*, de 12/04/2011

“Alesp lança Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública”, Blog do Fred, de 14/04/2011

“Frente Parlamentar da Advocacia Pública de São Paulo é lançada na Assembleia Legislativa”, site da Unafe, de 16/04/2011

“Anape presente no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública”, site da Anape, de 18/04/2011

“Formada Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública”, site da OAB SP, de 28/03/2011

“Frente em Defesa da Advocacia Pública”, coluna Plano de Voo, *DCI*, de 13/04/2011

“Eu acho muito importante a criação da Frente, primeiramente para que a PGE SP esteja antecipadamente em contato com os deputados estaduais, divulgando o papel e as atribuições da Procuradoria, fato que facilitará posteriormente a postulação, por exemplo, de um quadro de funcionários próprios, além de outros pleitos que a carreira tanto necessita.”

Clério Rodrigues, ex-presidente da Apesp.

“A criação da Frente Parlamentar é de fundamental importância, na medida que organiza e institucionaliza uma prática que já vinha sendo desenvolvida há alguns anos pela Apesp. Ademais, cria-se um vínculo permanente entre os parlamentares e a nossa carreira. A Apesp está de parabéns por essa iniciativa.”

José Damião de Lima Trindade, ex-presidente da Apesp e diretor de prerrogativas da Anape.

FIQUE ATENTO:

No site www.apesp.org.br está disponível um álbum completo de fotos.

REGULAMENTO

Conheça o Regimento Interno da Frente

Publicamos a íntegra do regimento interno da Frente em Defesa da Advocacia Pública, que foi lançada na Alesp no último dia 14/04 e tem a coordenação do deputado Fernando Capez:

“Artigo 1º – A Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública é uma associação de deputados e deputadas, de caráter suprapartidário, destinada a promover, em conjunto com representantes da sociedade civil e de órgãos públicos afins, a discussão e o aprimoramento de medidas que fortaleçam esse relevante setor do Estado, ao qual a Constituição da República atribui o status de função essencial à Justiça (CF/88, arts. 131 e 132).

Artigo 2º – A Frente Parlamentar de que trata este Regimento Interno terá funcionamento até o término da 17ª Legislatura (2011/2015), ou seja, 14 de março de 2015 e será composta pelos membros efetivos e colaboradores, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 870, de 08 de abril de 2011.

Parágrafo único – A inclusão ou exclusão de membros se dará nos moldes da Resolução nº 870, de 08 de abril de 2011.

Artigo 3º – A coordenação da Frente Parlamentar será exercida pelo primeiro signatário do Termo de Adesão, Deputado Fernando Capez, considerado autor da proposta, a quem caberá convocar as reuniões desta.

§ 1º – Além da atribuição prevista no “caput”, compete ao Coordenador da Frente Parlamentar:

- 1 – representá-la em eventos da Casa ou fora desta;
- 2 – assinar toda a documentação necessária para o seu regular funcionamento;
- 3 – cumprir e fazer cumprir os seus objetivos;
- 4 – presidir às sessões, abrir, suspender, levantar e encerrá-las;
- 5 – conceder a palavra aos integrantes pelo prazo de 30 (trinta) minutos ou, na hipótese de audiência pública, ao público em geral pelo prazo de 15 (quinze) minutos;
- 6 – manter a ordem e fazer observar este Regimento e o Regimento Interno da Assembleia Legislativa;
- 7 – designar integrante para secretariá-lo e lavrar a Ata da reunião;

8 – comunicar os integrantes o conteúdo da pauta;

9 – designar Relator para os fins do Artigo 6º da Resolução nº 870, de 08 de abril de 2011.

§ 2º – O Coordenador será substituído pelo Vice-coordenador nas suas ausências ou impedimentos.

Artigo 4º – O Vice-coordenador será eleito dentre os membros efetivos e pelo voto da maioria destes.

§ 1º – A eleição poderá ocorrer em sessão que haja outros itens para deliberação da Frente.

§ 2º – O desligamento do Vice-coordenador ensejará a realização de nova eleição no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do ofício no Diário Oficial.

Artigo 5º – A Frente Parlamentar reunir-se-á:

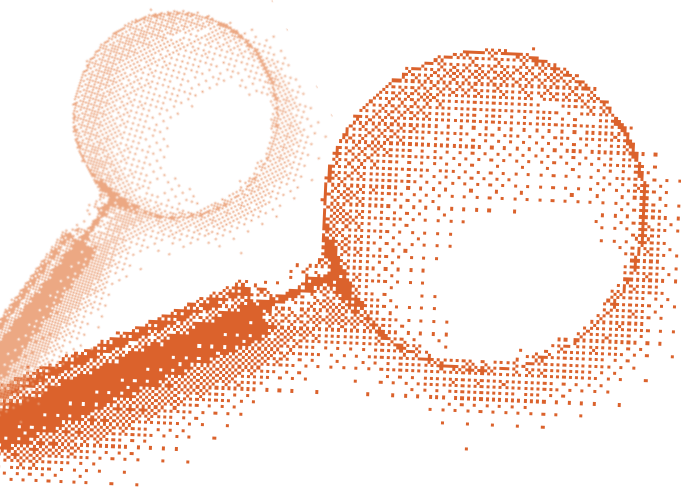
I – ordinariamente, a cada dois meses, na sede da Assembleia Legislativa, em data e horário informados no Ato de Convocação, com antecedência de 05 (cinco) dias;

II – extraordinariamente, sempre que necessário, em local, data e horário informados no Ato de Convocação, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único – A convocação será feita através do Diário Oficial do Estado – Poder Legislativo, podendo, a critério do Coordenador, ser utilizados outros meios que atinjam esta finalidade.

Artigo 6º – Aplica-se subsidiariamente, no que couber e nas omissões, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Artigo 7º – Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação.”



Acompanhe alguns trechos da entrevista da presidente da Apesp ao ConJur

Publicamos a seguir trechos da entrevista que a presidente da Apesp, Márcia Semer, concedeu ao Consultor Jurídico. O texto foi ao ar no site www.conjur.com.br no último dia 8/05 (domingo). A íntegra pode ser acessada no site www.apesp.org.br (seção notícias). Participaram da entrevista os jornalistas Lilian Matsuura e Maurício Cardoso.

"ADVOCACIA PÚBLICA DEFENDE ESTADO, NÃO GOVERNO"

(...) *ConJur* — Qual a principal bandeira da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo?

Márcia Semer — A classe está buscando melhoria na estrutura de trabalho que é muito precária. Para se ter uma ideia, faz 25 anos que não tem concurso de ingresso para servidores do quadro da PGE. Nós temos um quadro de servidores de apoio absolutamente defasado e insuficiente. Precisa de suporte de trabalho, até porque de 1988 para cá o número de ações judiciais cresceu em progressão geométrica.

ConJur — Para quais cargos há mais falta de servidores?

Márcia Semer — Contadores, engenheiros e até para os de nível médio. Nós mandamos um ofício, no final do ano passado, para todas as lideranças da Assembléia Legislativa de São Paulo, falando da situação de colapso da procuradoria com relação a essa questão de suporte administrativo. Nosso escritório em Brasília não tem nenhum estagiário. A PGE paga uma bolsa tão ridícula que ninguém quer fazer estágio, nem em São Paulo, nem em Brasília. Nós sabemos que podemos prestar uma advocacia muito melhor do que a que prestamos, só que para isso precisamos de algumas condições mínimas de trabalho que não estão sendo fornecidas à advocacia pública de São Paulo.

ConJur — Quantos servidores estão faltando para completar o quadro da Procuradoria Geral do Estado?

Márcia Semer — Nas unidades da capital e interior 70% dos servidores têm condições de se aposentar hoje. Mas, eles não vão porque recebem um benefício e os procuradores pedem para eles não se aposentarem. (...)

ConJur — Como se pode mudar essa situação?

Márcia Semer — Primeiro é preciso uma iniciativa do governador para autorizar um concurso para contratação de servidores de nível médio, que seriam os oficiais administrativos. Por outro lado, o governador precisa encaminhar à Assembléia Legislativa uma proposta de criação de carreira de apoio para a Procuradoria Geral do Estado. Entre o Ministério Público, a Defensoria

e a Procuradoria, só a Procuradoria não tem carreira de apoio. Nós não temos nem sequer um contador no quadro da PGE para conferir as contas dos milhões e milhões de precatórios judiciais.

ConJur — O que o procurador faz quando precisa do parecer de um engenheiro?

Márcia Semer — Temos uma meia dúzia de engenheiros. Então esses heróis ainda fazem alguma coisa. Mas, evidentemente, que esse quadro reduzido alcança para um ou outro processo de maior vulto. Mas, todos os processos implicam dinheiro público envolvido.

ConJur — A Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo é contra a proposta que de que os procuradores do Estado façam a defesa dos servidores públicos em processos. Por quê?

Márcia Semer — Porque achamos que não se deve confundir o papel do advogado do Estado com o do advogado do agente do Estado.

ConJur — Mesmo quando ele agiu no exercício de sua função como servidor público?

Márcia Semer — Seria justo que ele tivesse algum tipo de assistência prestada pelo Estado se o ato dele foi conforme as orientações do órgão jurídico do Estado. Mas, não se pode desvirtuar o papel do advogado do Estado, que tem uma atribuição constitucional de defender o patrimônio público. Colocar esse advogado para defender o interesse do agente público, que em alguns casos, evidentemente, não são interesses comuns com o interesse do Estado.

ConJur — Mas esse advogado que vai defender o servidor poderia ser contratado pelo Estado?

Márcia Semer — Sim, mas não deve ser um advogado do Estado. O advogado do Estado defende o público, ele jamais defende a pessoa física ou o privado. É uma advocacia diferente.

ConJur — Qual a posição da instituição sobre o assunto?

Márcia Semer — O projeto está sendo colocado pelo procurador-geral do Estado, Elival da Silva Ramos como uma prioridade. Nós divergimos frontal e profundamente sobre esse tema. Já falamos sobre isso com ele, abertamente. O tema é absolutamente lateral e não tem prioridade nenhuma. Não vimos nenhuma entidade de servidor público fazendo mobilização ou greve para que tenha a defesa do Estado. Isso nunca aconteceu e provavelmente nunca acontecerá.

ConJur — Em algum Estado o advogado público defende o servidor?

Márcia Semer — A Advocacia Geral da União defende. Mas, existe uma Ação Direta de In-

constitucionalidade da Ordem dos Advogados do Brasil que questiona essa atribuição. Essa função e a ADI são da época do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas ainda não foi julgada. Seria bom se o Supremo Tribunal Federal se posicionasse e pacificasse o assunto. Alguns ministros estão evidentemente impedidos de votar já que fizeram esse trabalho antes de chegar ao tribunal.

ConJur — E quem faz a defesa de autoridades, como o governador, por exemplo?

Márcia Semer — A autoridade contrata seu advogado. Em outras instituições, como no município de São Paulo, o conselho da procuradoria-geral do município é que faz a análise do caso para saber se o agente público tem direito ou não de ser defendido pelo estado. De acordo com a nossa proposta de Lei, o procurador-geral faz essa triagem.

ConJur — Qual a principal reivindicação da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo sobre a nomeação do Procurador Geral?

Márcia Semer — Tanto o Ministério Público quanto a Defensoria Pública indicam o Procurador a partir de uma lista triplíce, e o escolhido pelo governador tem mandato. Além disso, as duas instituições têm autonomia financeira e administrativa. Só a advocacia pública estadual que está tendo um tratamento menor nas carreiras essenciais à Justiça porque não é assim que funciona.

ConJur — Quais são os ganhos institucionais de se fazer uma eleição para escolher o procurador-geral?

Márcia Semer — É de haver um fortalecimento institucional da advocacia do Estado, no sentido de que a advocacia do estado não está lá para servir o governante, mas para servir o estado. Quanto mais você institucionaliza a relação do procurador-geral com o governante, mas você se afasta dessa simples relação de confiança que prevalece hoje.

ConJur — A senhora defende o mandato fixo para o cargo de procurador geral do Estado?

Márcia Semer — Esse é o ideal. No Ministério Público e na Defensoria eles têm mandato fixo de dois anos. Se fosse assim, haveria mais garantia de uma atuação independente. O procurador-geral tem um cargo difícil, porque ao mesmo tempo em que ele tem que estar à frente e ser conhecedor dos diversos assuntos afetos ao governo, ele tem toda uma carreira atrás dele. O importante é que cada vez mais ele tenha condições de atuar e de resguardar a instituição no sentido de seguir o estrito entendimento legal (...).

Deputado Antônio Mentor participa do "Café da Manhã com Parlamentares"

No final de abril, o deputado Antônio Mentor (PT) compareceu na sede da Apesp em continuidade à atividade "Café da Manhã com Parlamentares". "Fiquei muito feliz e honrado com o convite da Associação. A bancada do PT está sempre aberta ao diálogo com os procuradores, que exercem uma função essencial ao Estado de São Paulo". Líder do PT na Assembleia entre 2006/2010, Mentor já subscreveu a Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública, conferindo seu apoio aos procuradores paulistas. A presidente da Apesp Márcia Semer iniciou a conversa ao abordar a tramitação do PLC 33/2006, quando pôde expor o posicionamento contrário da Associação. Para Semer, o texto da proposta é muito aberto, deixando inclusive espaço para manifestação do procurador *a posteriori* ao ato praticado pelo agente público. Além disso, o procurador geral do Estado não é detentor de mandato, mas sim nomeado pelo governador.

O parlamentar ponderou que o PLC 33 precisa realmente ser objeto de uma reflexão mais profunda. A despeito de sua preocupação com a incumbência ser assumida pela Procuradoria, Mentor relatou conhecer diversos casos de agentes que durante a atividade pública assumiram posições e atualmente estão sendo penalizados judicialmente. Algumas das sugestões levantadas foram: i) criação de um fundo para tal finalidade, ii) credenciar advogados, iii) reembolso (até determinado limite) do valor necessário para a defesa etc.

A secretária geral da Apesp Shirley Tomé reforçou a urgência da realização de um concurso próprio para servidores da PGE, que não ocorre há 25 anos. Segundo Shirley, muitas Unidades da Procuradoria têm servidores na iminência de aposentadoria. Foi destacada a necessidade de um melhor aparelhamento, sobretudo no que tange à criação de carreira de apoio, para que a Procuradoria possa bem cumprir o seu papel de carreira essencial à Justiça. Nesse caso, adiantou-se que um estudo está em andamento na Apesp para futura formulação de projeto de lei, no qual seriam previstos cargos de nível médio e superior. Com relação à melhoria da estrutura da PGE, Mentor mostrou total concordância. Nesse sentido, colocou-se à disposição para realizar uma audiência pública sobre o tema, no âmbito da Frente Parlamentar, ou até mesmo em uma reunião conjunta de Comissões da Alesp. Por fim, falou-se também da proposta de encaminhamento do projeto da nova LOPGE e da necessidade de reformular tal legislação em consonância com as atuais necessidades da Procuradoria.

Apesp atenta à tramitação do PL 1992/2007

Quase uma década após a aprovação da Emenda Constitucional n. 41, o Governo Federal tem se empenhado em regulamentar a situação previdenciária dos servidores que entraram no serviço público depois de 2003. A movimentação tem ocorrido no sentido de aprovar o PL 1992/2007, de autoria do Poder Executivo, "que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o artigo 40 da Constituição, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), e dá outras providências".

A despeito de inicialmente ser restrito à União, a Apesp adotou uma série de medidas para compreender o real empenho do governo com o projeto. Em reunião com o deputado Silvio Costa (PTB/PE), relator do projeto na Comissão de Administração e Trabalho, a Associação obteve a informação de que o projeto é uma das principais metas da presidente Dilma Rousseff. O mesmo posicionamento foi confirmado em entrevista concedida pelo líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PMDB/AP), e pelo ministro da Previdência Garibaldi Alves.

A Apesp não considera justo um servidor que já contribui há quase dez anos pela aposentadoria integral receber o benefício proporcional. Nesse sentido, a Associação já está se movimentando para que tal regulamentação seja a menos danosa possível e trabalhará politicamente para que os colegas que entraram na carreira depois de 2003 tenham aposentadoria integral. "Conclamamos os novos colegas a participarem da luta, que depende de uma mobilização efetiva", alerta Márcia Semer, presidente da Apesp.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Diante da pressão de várias entidades de classe, o deputado Silvio Costa optou por retirar de pauta a votação do PL e acolher a proposta do deputado Policarpo, no sentido de realização de uma audiência pública sobre o tema. A Apesp já formulou requerimento para ser ouvida na audiência pública.

FIQUE ATENTO:

Os associados serão permanentemente informados de todos os passos adotados pela Apesp na tramitação do projeto.

aconteceu

JORNAL O PROCURADOR (EDIÇÃO N. 6 – JUNHO/JULHO 2003)

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: PREPARE O SEU CORAÇÃO

Se a proposta de reforma da Previdência Social for aprovada conforme a redação original enviada ao Congresso pelo governo federal, você precisará ter um coração muito forte. Veja aqui algumas das mudanças que ela trará para sua vida:

Que tal, após trabalhar no mínimo durante 35 anos no serviço público, aposentar-se com metade de sua remuneração? E, depois, ver o valor real de seus proventos reduzindo-se ano a ano, devido a "reajustes" sempre inferiores aos concedidos aos servidores da ativa? E ainda ter de pagar uma "contribuição" previdenciária sobre esses proventos achatados? E, após sua morte, seus filhos menores receberem um terço dos seus proventos já minguados? Esse cenário é



assustador – e verdadeiro – mas encerra uma surpresa pior: essa é apenas a melhor das hipóteses! Porque, se antes de ingressar no serviço público, você trabalhou na iniciativa privada, então trate logo de cortar muito mais essas estimativas (...)

APESP PROMOVE VISITA MONITORADA AO MUSEU DO IPIRANGA

A visita monitorada ao Museu do Ipiranga repetiu o sucesso que a iniciativa vem alcançando entre os associados – especialmente com os colegas aposentados. Localizado no tradicional bairro paulistano que lhe empresta o nome, o Museu apresentou aos 35 participantes, logo no início do passeio, o saguão e a escadaria principal da edificação, com decoração interna confeccionada nas décadas de 1920 e 1930, com referências à formação histórica do Brasil e de São Paulo. Na galeria “Universo do Trabalho”, estão expostas as técnicas, artes e ofícios em São Paulo na passagem do século XIX para XX, com destaque para o primeiro carro de bombeiros utilizado na cidade de São Paulo. Na ala “Cotidiano e Sociedade”, retrata-se o espaço doméstico e de comportamento social em São Paulo no final do século XIX. Por fim, o ponto alto da visita: a tela “Independência ou Morte”, de autoria do pintor Pedro Américo. Com dimensões de 4,15m de altura por 7,60m de largura, a obra foi finalizada em 1888.



FIQUE ATENTO:

Confira a programação e participe desta atividade, que encontra grande aceitação entre os associados!

EVENTO PROMOVIDO PELA APESP LANÇA LIVROS DE ASSOCIADOS

No mês de abril, a Apesp promoveu um evento para lançamento de livros dos associados. A iniciativa – que foi acompanhada de um agradável coquetel – visou a prestigiar a atividade literária dos procuradores do Estado. Conheça os autores e os livros lançados:

– *Concessões de serviço público*: a equação econômico-financeira dos contratos, de autoria de Eugenia Cristina Cleto Marolla (Editora: Verbatim)

– *Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels*, de autoria de José Damião de Lima Trindade (Editora: Alfa-Ômega)

– *Provas ilícitas*: interceptações telefônicas, ambientais e gravações clandestinas”, de autoria de Luiz Francisco Torquato Avolio (4ª ed. ampliada. Editora: Revistas dos Tribunais)

– *Aspectos atuais da tutela antecipada*, de autoria de Maria Rita de Carvalho Melo (Editora: Verbatim)

– *Constituição Federal comparada e anotada*, de autoria de Pedro Luís de Campos Vergueiro (Editora: Grupo Conceito Editorial). O autor doou um exemplar para a biblioteca da Apesp.

ESPAÇO APESP: UM NOVO CONCEITO GERENCIAL



Em 2010, o Centro Sociocultural agregou um novo nome: Espaço Apesp. A simples iniciativa foi apenas mais um passo na nova concepção gerencial, que foi implantada com o início da atual gestão da diretoria da Associação. “O nome ‘Centro Sociocultural’ tinha pouco apelo no mercado. A idéia foi criar uma marca moderna, que transmitisse toda a funcionalidade do local. Atualmente, não somos mais procurados apenas para festas de casamento e eventos sociais. Temos buscado realizar também uma ampla divulgação no setor empresarial e corporativo. Para isso, investimos em *marketing* externo – com anúncios nas revistas *Revistas ‘Noivas & Noivos’, ‘Noiva Linda’ e ‘Veja São Paulo’* – e interno com desenvolvimento de um site específico para o Espaço Apesp (www.espacoapesp.org.br). A intenção é mostrar ao máximo a ótima localização – próximo ao

aeroporto de Congonhas e de uma grande rede hoteleira – e a moderna estrutura – com um auditório para 279 lugares, com equipamento de som e acessibilidade para portadores de necessidades especiais”, explica Tatiana Pierrri, gerente geral de *marketing* e negócios do Espaço Apesp. Com relação ao gerenciamento interno, Tatiana destaca a ampliação das parcerias, uma maior comunicação com os fornecedores, a reestruturação da equipe interna de trabalho, etc.

INFORME-SE SOBRE O ESPAÇO APESP

Localizado em Moema – um dos bairros mais nobres de São Paulo – o Espaço Apesp apresenta uma estrutura moderna, funcional e adequada para recepcionar eventos corporativos, culturais, festas, casamentos, *workshops*, palestras e muito mais.

DÊ AO SEU EVENTO O ESPAÇO QUE ELE MERECE! VENHA PARA O ESPAÇO APESP!

Entre em contato: Rua Tuim, 932, Moema. Tel (11) 5535-2157 | email: espacoapesp@apesp.org.br. Atendimento: de seg. a sex., das 9h às 18h e sáb. das 13h às 17h



CONVÊNIO

APESP celebra convênio com o Centro de Estudos Internacionais (CEI)

A APESP acaba de celebrar um convênio com o Centro de Estudos Internacionais para a realização de curso de doutorado junto à Universidad Del Museo Social Argentino com a duração de dois anos. O curso será realizado, na modalidade intensiva, com aulas presenciais, pelo período de dois anos, com turmas que se iniciam em julho de 2011 ou janeiro de 2012. As aulas são ministradas por quinze dias nos meses de julho e janeiro de cada ano.

As inscrições podem ser feitas pelos interessados, com Ana Gualter, pelo telefone (021) 3415-3508. Na ocasião, será assinado pelo aluno um contrato com prazo de duração até a conclusão do curso.

Em razão do convênio, os associados interessados ou seus dependentes, ficarão isentos da taxa de pré-inscrição, no valor de R\$ 120,00, e terão desconto de 25% em cada uma das vinte e quatro parcelas contratuais de R\$ 780,00 a serem pagas ao CEI.

No final de cada módulo, será realizada uma prova. Após cursar todas as matérias o aluno deverá apresentar sua tese, cuja elaboração contará com o apoio de um orientador.

Todas as despesas com viagem, hospedagem e alimentação correrão por conta do interessado.

ESPAÇO DO LEITOR

O espaço do leitor é uma oportunidade para o associado enviar suas sugestões e críticas! Envie sua mensagem para o e-mail jornaldoprocurador@apesp.org.br ou para o endereço: rua Libero Badaró, n. 377, cj. 901/906, Centro, CEP 01009-906. No campo remetente, identifique como "Seção de Cartas do Jornal do Procurador".

A união faz a força.



Com a parceria APESP Qualicorp, esse ditado faz todo o sentido.

Em parceria com a APESP, a Qualicorp reuniu os Procuradores do Estado de São Paulo para oferecer os melhores planos de saúde coletivos por adesão, em condições supervantajosas. E fez o mesmo com mais de 130 entidades de classe em todo o país. A idéia deu certo. E mais de 700 mil pessoas já se beneficiaram. **Agora é a sua vez.**

Ligue
0800-777-4004
www.qualicorp.com.br

SulAmérica
associada ao ING

Unimed 
Paulistana

A comercialização de Unimed Paulistana
respeita sua área de abrangência.


APESP

 **Qualicorp**
soluções em saúde

Qualicorp. Líder em planos de saúde coletivos por adesão.